

O ANALFABETISMO, A EDUCAÇÃO E OS VALORES DO SÉCULO XXI

Adriana Rocha Furtunato do Espírito Santo¹

RESUMO

Este artigo apresenta a trajetória do analfabetismo no Brasil, como explicação para os percentuais, ainda altos, de analfabetos em duas regiões do país. A justificativa para esses índices pensando de forma regional, se deve ao fato da ausência da escolarização, devido a distância das moradias aos locais em que há uma escola e a necessidade do trabalho, que foram afastando cada vez mais estes da sala de aula. A EJA tornou-se um momento ímpar para a vida daqueles que almejam aprimorar os conhecimentos para poderem adquirir uma vaga no mercado de trabalho. Para a educação do século XXI os valores que se apresentam necessitam que o indivíduo tenha domínio da leitura e da escrita, pois na contemporaneidade faz-se necessário ter conhecimento da tecnologia, ter desenvolvido habilidades e competências.

Palavras-chave: Analfabetismo. Educação. Educação de Jovens e Adultos.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205 (BRASIL, 2018) deixa explícito que:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

É um direito que deve ser consolidado para que se tenha uma formação de uma sociedade mais justa e igualitária. Para Bruel (2011, p. 104),

A educação pode ser compreendida como um dos direitos sociais fundamentais para a conquista da cidadania, por vários motivos, mas talvez, o mais importante seja a constatação de que o acesso à educação é, muitas vezes, condição para o acesso a outros direitos sociais, civis e políticos.

Nas últimas décadas do século XX, muitas transformações aconteceram no campo político, social, econômico, tanto quanto na cultura, ciência e tecnologia. Muitos educadores não estavam preparados para a rápida evolução da educação e da sociedade, e perplexos ficaram diante de tantas indagações sobre o futuro de sua

¹ Graduada em Serviço Social pela Faculdade Novo Milênio Vila Velha – ES; em Pedagogia; em Ciências Sociais pela Faculdade Sagrada Família (FASF) Ponta Grossa – PR e Pós-graduada em Psicopedagogia; Mestranda em Ciências, Tecnologia e Educação pela Faculdade Vale do Cricaré.

profissão.

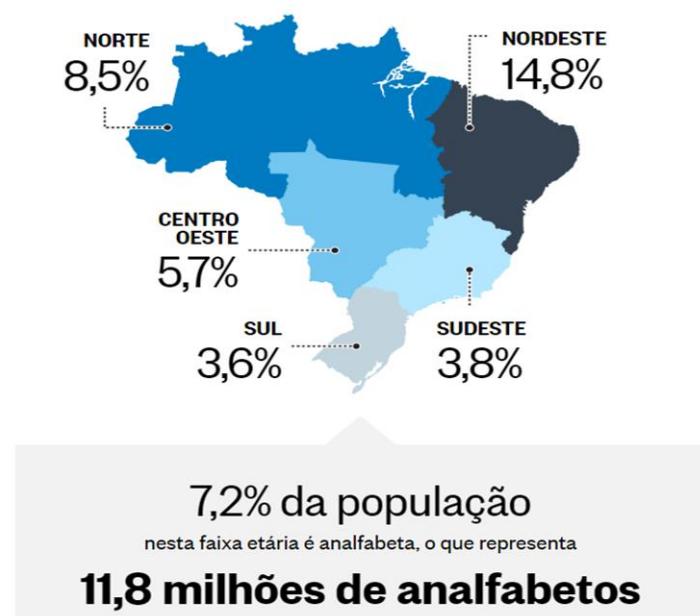
Diante de tantas mudanças, algo ainda não está modificado na educação, o que gerou meta por meio do PNE (Plano Nacional de Educação) para ser alcançada até 2024 – a alfabetização de uma boa parcela de jovens de 15 anos ou mais, e 60 anos ou mais. Por que o Brasil ainda apresenta índice de analfabetismo com tanta evolução tecnológica e desenvolvimento da sociedade?

2 A EDUCAÇÃO DO BRASIL NO SÉCULO XXI

A história educacional do Brasil passou por muitas transformações e nenhuma delas tratou da maior questão da educação: o analfabetismo. De acordo com Ferreira (2018), uma pesquisa do IBGE de 2016, revelou que o Brasil tem 11,8 milhões de analfabetos, o que corresponde a 7,2% da população de 15 anos a mais. A taxa revela que o Brasil até 2016 não havia conseguido alcançar uma das metas do PNE relacionada à alfabetização dessa população. A meta 9 do PNE determinava a redução do analfabetismo a 6,5% até 2015, entretanto até 2016 isso não aconteceu, porém de acordo com a Lei até 2024, o analfabetismo tem que estar erradicado no Brasil.

O gráfico 1 revela os índices de analfabetismo de cada região do Brasil:

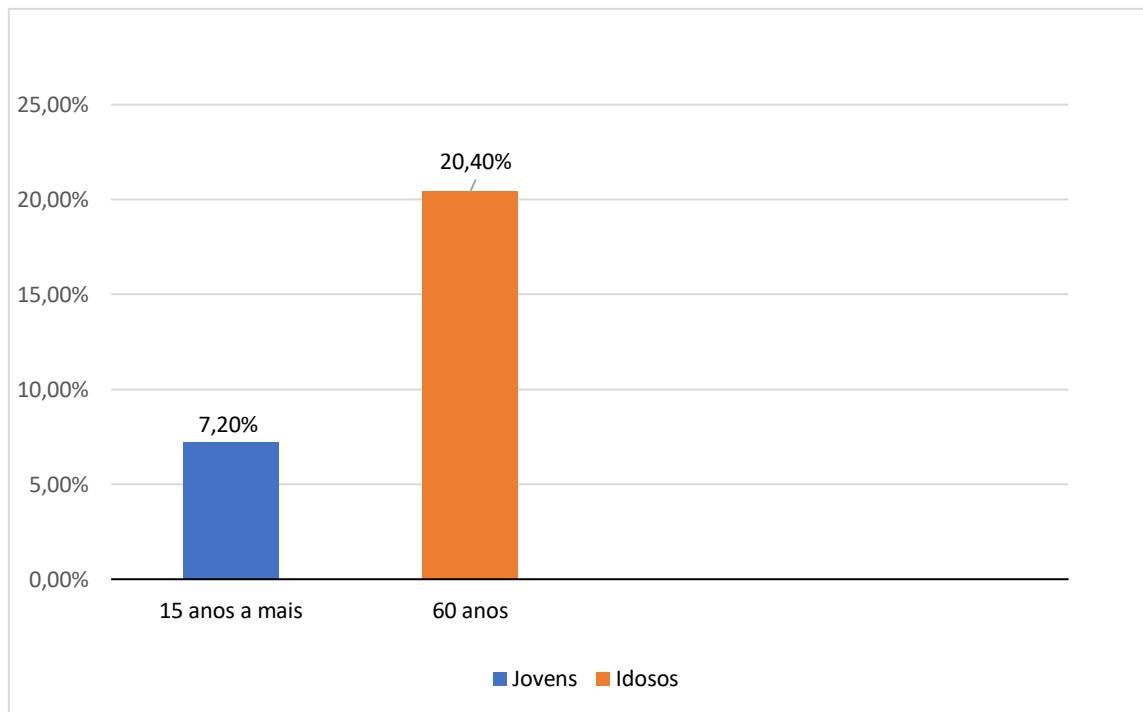
Gráfico 1 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade



Fonte: Ferreira, 2018.

A Região Nordeste revelou a maior taxa de analfabetismo, em torno de quatro vezes maior (14,8%) do que as taxas estimadas para o Sudeste e Sul. Na análise dos dados pesquisados, foi revelado que uma das principais explicações para a região que apresentou a maior taxa de analfabetismo está nas características apresentadas na faixa etária mais alta da população. Em especial na população idosa.

Gráfico 2 - Idade da população analfabeta até 2016



Fonte: Ferreira, 2018

Os dados revelam que a idade de analfabetismo é acentuada na população de 15 anos ou mais em torno de 7,2%, e na faixa etária de 60 anos ou mais 20,4%. [...] também há diferença significativa entre brancos (5% de analfabetos) e pretos (11,2%). Os dados indicam uma evidente correlação entre as taxas de analfabetismo e as situações de pobreza, exclusão e baixo desenvolvimento econômico (BRAGA; MAZZEU, 2018, p. 25), o que mostra essa discrepância entre as regiões, revelando que o Nordeste tem a taxa mais alta de analfabetismo do país, sendo 14,8%. O Norte e o Nordeste não conseguiram atingir a meta intermediária fixada pelo PNE. Os estudos revelaram que esses sujeitos analfabetos da região Norte e Nordeste, não tiveram a oportunidade de estudar em escola na infância, por morarem em regiões rurais que os afastaram das salas de aula.

De acordo com Ana Lúcia Lima, diretora do Instituto Paulo Montenegro (apud

BORGES, 2018),

[...] O sistema educacional evoluiu muito para compreender e ter um pano de fundo melhor para recuperar e devolver a essas pessoas um direito que foi violado. Mas precisamos transformar esse cenário favorável em práticas que tenham resultado. E temos de nos preocupar porque estamos gerando uma nova classe de analfabetos, a de escolarizados.

O Brasil atual tem como quinta meta do PNE “Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do ensino fundamental”, considerando alfabetizada quando a criança domina a leitura e a escrita como instrumentos para continuar aprendendo, buscando informações, sendo capaz de se expressar, ler e produzir diferentes tipos de texto. Hoje, segundo levantamento do movimento “Todos pela Educação”, estima-se que apenas 44,5% das crianças matriculadas no terceiro ano do ensino fundamental apresentam aprendizagem adequada em leitura. Em escrita, esse número é ainda menor. Estima-se que apenas 30,1% dos alunos do 3º ano do ensino fundamental tenham aprendizagem adequada de escrita.

Mediante o que foi apresentado percebeu-se que o problema do analfabetismo encontra-se atualmente no início do ensino fundamental até o 3º ano, perpetuando nos jovens de 15 anos ou mais, e na população de 60 anos ou mais, público da Educação de Jovens e Adultos – EJA, campo complexo que envolve questões além do educacional que estão relacionadas à situação de desigualdade socioeconômica em que se encontra grande parte da população analfabeta.

Para transformar este quadro, bem como a EJA, o governo criou o Parecer 11/2000 que regulamenta as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos e o Direito à Educação. O Brasil ainda continua exibindo um número grande de analfabetos, conforme os gráficos extraídos das pesquisas realizadas pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, apesar de ter caído o percentual em 2016, relativo aos anos anteriores com “[...] marcantes diferenças regionais. A existência de pessoas que ainda não sabem ler e/ou escrever por falta de condições de acesso ao processo de escolarização deve ser motivo de autocrítica constante e severa” (SOARES, 2005, p.31).

Ao olhar o passado, a EJA representa uma dívida social não corrigida para com aqueles que não possuíam meios de acesso à escola e nem ao domínio da leitura e da escrita. Viveram anos no anonimato, não podendo exercer seu direito de cidadão, tendo que ser a força do trabalho adotada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. A privação desse acesso é, uma grande perda para dar vez e voz

significativa na convivência social contemporânea.

Magda Soares (1998, apud SOARES, 2005, p. 33) diz que na educação contemporânea:

[...] um adulto pode ser analfabeto, porque marginalizado social e economicamente, mas, se vive em um meio em que a leitura e a escrita têm presença forte, se se interessa em ouvir a leitura de jornais feita por um alfabetizado, se recebe cartas que outros leem para ele, se dita cartas para que um alfabetizado as escreva [...] se pede a alguém que lhe leia avisos ou indicações afixados em algum lugar, esse analfabeto é, de certa forma, letrado porque faz uso da escrita, envolve-se em práticas sociais de leitura e de escrita.

A educação do século XXI é a chamada “o século do conhecimento”, onde a soma de “[...] saberes aliados a competências tornar-se-ão indispensáveis para a vida cidadã e para o mundo” (SOARES, 2005, p. 36). Função dada a escola democrática que assentada no princípio da igualdade e da liberdade, tornando-se um serviço público. Sendo serviço público torna-se direito de todos e dever do Estado, cuja obrigação é intervir no campo das desigualdades e das hierarquias sociais, por meio de políticas públicas.

A igualdade e a liberdade tornam-se os pressupostos fundamentais do direito à educação, em especial, nas sociedades cuja política é democrática e socialmente desejosa de melhores redistribuição das riquezas entre grupos sociais e indivíduos que as compõem e as expressam (SOARES, 2005, p. 37).

Nesta educação contemporânea são exigidas novas competências para as transformações da base econômica, assim como levar o cidadão brasileiro a usufruir de direitos próprios do exercício da cidadania, de perceber a presença dos meios de comunicação assentados na tecnologia o que favorecerá mais acesso a diversificação dos saberes, tendo a igualdade e a desigualdade uma relação imediata com o trabalho.

[...] seja para o trabalho, seja para a multiformidade de inserções sociopolítico-culturais, aqueles que se virem privados do saber básico dos conhecimentos aplicados e das atualizações requeridas podem se ver excluídos das antigas e novas oportunidades do mercado de trabalho e vulneráveis a novas formas de desigualdades (SOARES, 2005, p. 37).

O acesso ao conhecimento é de extrema importância na estratificação social, em especial nos dias atuais, quando se exige novas habilidades intelectuais básicas e aplicadas que vão fazendo parte do dia a dia da vida.

A educação vai ganhando seu espaço, como a responsável para fazer com que

o indivíduo exerce sua cidadania nesta sociedade contemporânea, em que se vive tempos de grandes transformações e inovações nos processos produtivos, possibilitando a este jovem e adulto, a retomada do seu potencial, desenvolvendo as habilidades e competências obtidas no período de sua escolaridade e na própria vida, permitindo a este um nível técnico e profissional com mais qualificação.

Nesta linha, a educação de jovens e adultos representa uma promessa de efetivar um caminho de desenvolvimento de todas as pessoas, de todas as idades. Nela, adolescentes, jovens, adultos e idosos poderão atualizar conhecimentos, mostrar habilidades, trocar experiências e ter acesso a novas regiões do trabalho e da cultura (SOARES, 2005, p. 40).

A maior parte desses jovens e adultos, até mesmo pelo seu passado e presente, movem-se para a escola com forte motivação, buscam dar uma significação social para as competências, articulando conhecimentos, habilidades e valores. Muitos destes jovens e adultos se encontram, por vezes, em faixas etárias próximas às dos docentes.

“A EJA é uma promessa de qualificação de vida para todos, inclusive para os idosos, que muito têm a ensinar para as novas gerações, pois os brasileiros estão vivendo mais” (SOARES, 2002, p. 40). De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, nas primeiras décadas do milênio, uma média de 30 milhões de brasileiros estarão com mais de 60 anos, sendo que boa parte destes não passará pelos bancos escolares, devido a vários fatores, entre eles a baixa renda provocada pelo valor das aposentadorias. “[...] A esta realidade promissora e problemática ao mesmo tempo se acrescenta, por vezes, a falta de opções para as pessoas da terceira idade” (SOARES, 2005, p. 40 – 41).

Uma questão importante para se pensar é como garantir que todos os indivíduos jovens ou adultos frequentem a escola? Cabe as escolas e aos seus dirigentes e todas as equipes criarem objetivos que motivem o aluno a permanecer na escola evitando a evasão e repetência, entretanto o resultado dos testes internacionais como o PISA, que fazem uma avaliação das aprendizagens das disciplinas básicas revelam os níveis de qualidade entre países e entre escolas no mesmo país, revelando sérias dificuldades enfrentadas pelas escolas para concretizarem seus objetivos que é garantir a qualidade do que se ensina. O Brasil encontra-se na 53^a posição pelo PISA – Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (BRASIL, 2018), revelando que o Brasil investe pouco na educação.

A falta de afetividade e respeito podem provocar dificuldades nas relações pedagógicas. Uma atitude respeitosa sustenta a aprendizagem dos alunos, pois o respeito e a confiança contribuem para o estabelecimento de laços entre professores e alunos.

O desafio é fazer entrar o contingente de jovens e adultos na escola presencial e semipresencial como o modo mais eficaz de se atingir uma redução constante ou até mesmo a extinção do analfabetismo. Resultados positivos implicam ações integradas, políticas diferenciadas, consideração de dificuldades específicas e adequado estatuto de formação de docentes para a EJA.

Percebe-se que a qualidade do que se ensina nas escolas, perpassa pela falta de estrutura educacional e dos conflitos de modelo a ser seguido: tradicional ou escola nova? A escola não pode continuar com o método tradicional. Muitas mudanças na sociedade levaram os professores também a se atualizarem para manterem seus empregos e a qualidade. Todavia, há algo mais sério que são os recursos federais, que em muitos casos não chegam nas escolas para a melhoria de sua estrutura física, causando desconforto, além disso, há muitas divergências sociais, onde umas escolas possuem tecnologia adequada e outras ainda com teto de palha e assentos de madeira, e sem merenda escolar, onde o acesso ainda é uma travessia de rio, ou a pé, ou de canoa. O acesso ao conhecimento tem um papel significativo na estratificação social, em especial nos dias atuais, quando novas exigências intelectuais, básicas e aplicadas, vão se tornando essencial para uma melhoria de vida.

Conforme Soares (2005, p. 41),

[...] a Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI, o chamado Relatório Jacques Delors para a Unesco: Uma educação permanente, realmente dirigida às necessidades das sociedades modernas, não pode continuar a definir-se em relação a um período particular da vida – educação de adultos, por oposição à dos jovens, por exemplo – ou a uma finalidade demasiado circunscrita – a formação profissional, distinta da formação geral. Doravante, temos de aprender durante toda a vida e uns saberes penetram e enriquecem os outros.

Em relação ao saber, pensando no potencial humano este, independente de sua idade, tem o poder de se qualificar, se requalificar e descobrir novos campos de atuação. Momento em que poderá ser revelado um artista, ou até mesmo a vocação pessoal, o que mostra que uma pessoa pode se realizar por meio de uma função

qualificadora, que quando despertada pelo seu potencial humano, por sua capacidade e habilidades abre novos caminhos para a vida (SOARES, 2005).

Além de todas as colocações, a educação do século XXI necessita da ética e da moral. A ética e a moral são quase sinônimas. Ética pode referir-se a um conjunto de princípios e normas que regem a conduta humana. O comportamento moral engloba toda a preocupação que o ser humano tem com a consciência individual.

No convívio escolar a ética deve ser ensinada através da legitimação de valores e regras morais (afetividade e racionalidade) e do desenvolvimento moral e social (respeito mútuo, justiça, diálogo e solidariedade), mostrando ao aluno que a ética é um eterno pensar, refletir e construir. E a escola deve educar seus alunos para que possam tomar parte nessa construção, serem livres e autônomos para pensarem e julgarem.

De acordo com Lombardi e Goergen (2005, p. 139),

A vivência moral é uma experiência comum a todos nós. Ao que cada um pode observar em si mesmo e ao que podemos constatar pelas mais diversificadas formas de pesquisas científicas e de observações culturais, todos os homens dispõem de uma sensibilidade moral, mediante a qual avaliam suas ações, caracterizando-as por um índice valorativo, que expressamos comumente chamando-as de boas ou más, lícitas ou ilícitas, corretas ou incorretas.

A consciência moral não só conhece tais diferenças, mas também se reconhece como capaz de julgar o valor dos atos e das condutas e de agir em conformidade com os valores morais, sendo por isso responsável por suas ações e seus sentimentos e pelas consequências do que faz e sente. Consciência e responsabilidade são condições indispensáveis à vida ética.

Chauí (1999, p. 337) revela que “[...] para que haja conduta ética, é preciso que exista o agente consciente, isto é, aquele que conhece entre bem e mal, certo e errado, permitido e proibido, virtude e vício”. Seguir um conceito ético implica em adotar para si ou para um grupo uma descoberta nova, que como consequência pode decorrer em novas atitudes, ou seja, toda descoberta revela novos caminhos, novos hábitos de vida em melhoramento próprio ou coletivo. Mas, tratando-se de uma descoberta individual, uma pessoa pode alterar seu comportamento, refletindo novas ações, independentes de qualquer mudança ocorrida nas pessoas da sociedade. Vários fatores contribuem para essas mudanças.

A ética de um indivíduo, tanto pessoal como profissional, estabelece as

diretrizes que conduzem o seu comportamento em situações ambíguas, no qual não há um consenso sobre o que é certo ou errado.

Tendo o indivíduo consciência de que ainda não aprendeu tudo e necessita de reciclagem para desenvolver melhor seu trabalho, o contador acompanha as exigências do mercado, cumprindo as exigências das leis sobre a ética no exercício da profissão.

Há regras que a sociedade exerce de modo obrigatório, ou seja, temendo a reprimenda do Estado, há também as normas que a sociedade exerce de maneira natural, livre, sem a obrigação alheia.

A função da ética é ofertar ao indivíduo o direito de ser digno de seus atos e de poder exercer o direito à cidadania agindo com respeito à lei e a sociedade.

Como é possível com tantas inovações educacionais, o Brasil ainda ter analfabetos, em especial, na região Norte e Nordeste? E a dignidade desse indivíduo onde fica? Faz parte da história do passado os motivos pelos quais em algumas regiões do Brasil, ainda exista um grande percentual de analfabetos, embora não seja possível ter uma política única, mediante as dificuldades regionais que apresenta. São posturas que não resolvem o problema do analfabetismo, devido as diferenças culturais existentes no país. Mas o que o passado revela desse analfabetismo no Brasil?

2.1 A CRISE NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

O analfabetismo no Brasil foi apresentado desde o Censo de 1872 no segundo Reinado, cuja historicidade está na condição da existência atrelada estreitamente às políticas, revoluções sociais e culturais (FERRARO, 2009).

O analfabeto era considerado cego, dependente, ignorante sendo por meio da Lei Saraiva proibido de votar. De acordo com Ferraro (2009, p, 17), “A Lei Saraiva, de 9 de janeiro de 1881, incluiu na legislação e na prática política a exclusão dos analfabetos do direito de voto”.

Da primeira coleta censitária de 1872 a 2000, os maiores dados do analfabetismo no Brasil foram obtidos antes da República revelando que haviam cerca de 80 a 83% da população analfabeta, reduzindo este percentual a partir da segunda metade da década de 1950 (FERRARO, 2009). Ferraro (2009, p. 20) declara que “[...]

acredita que a alfabetização poderia ter avançado se não tivesse no percurso o Regime Militar com sua visão tecnicista da alfabetização”.

O período entre 1930 e 1964 marcou o setor econômico e político, pelo governo de Getúlio Vargas quando tentou implantar o modelo industrial baseando-se na substituição de importações e fortalecimento do mercado interno. Modelo que gerou conflito no ideário nacionalista, pois houve um aumento na entrada de capital internacional no Brasil. Crise que gerou uma ruptura na política, o que culminou primeiro no suicídio de Getúlio e em seguida no golpe militar de 1964.

Vários programas sociais e mobilizações surgiram entre 1958 a 1964. Mobilizações populares que tinham foco na alfabetização de jovens e adultos. Era necessário acabar com o analfabetismo no país, entretanto Ferraro (2009, apud BRAGA; MAZZEU, 2018, p. 38) declarou que houve,

[...] uma nova concepção sobre o analfabetismo devido à urbanização e industrialização, além de novas concepções pedagógicas de alfabetização, e cita movimentos de alfabetização ocorridos neste período: Experiência da Rádio-escola, no Rio Grande do Norte (1958), Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo – CNEA (1958), Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA (1958), Movimento de Cultura Popular – MCP (1960), o surgimento do Método Paulo Freire (1961), Movimento de Educação de Base – MEB (1961), Campanha Pé no Chão também se Aprende a Ler (1961), e em 1963 houve a experiência de alfabetização do educador Paulo Freire em Angicos/RN.

As mobilizações populares e as campanhas de alfabetização tinham foco nas eleições da população urbana e rural como relata Saviani (2008, p. 316), “[...] o direito ao voto, contudo, estava condicionado à alfabetização, o que levou os governantes a organizar programas, campanhas e movimentos de alfabetização de jovens e adultos”. Foram movimentos conhecidos como Movimentos de Educação Popular, que tinham caráter de conscientização política da população, “[...] a expressão ‘educação popular’ assume, então, o sentido de uma educação do povo, pelo povo e para o povo” [...] e apesar de apresentarem distinção entre si [...] “esses movimentos tinham em comum o objetivo da transformação das estruturas sociais e, valorizando a cultura do povo como sendo a autêntica cultura nacional” (SAVIANI, 2008, p. 318).

A primeira metade dos anos 60 ficou conhecida como o período dos Movimentos de Educação Popular, tendo como referência Paulo Freire. Os novos profissionais da educação são representados por setores progressistas da Igreja Católica, intelectuais, estudantes e artistas. Destaca-se Paulo Freire, educador pernambucano que teve um importante papel dentro da concepção de educação como

prática da liberdade.

Em 20 de dezembro de 1961, o projeto foi transformado em lei - LDB nº 4.024/61 que recebeu sanção parcial do Presidente João Goulart que vetou, total ou parcialmente 25 dispositivos os quais receberam posteriormente aprovação do Congresso, e que mais tarde se transformou na LDB nº 5.692/71. Nenhuma lei é capaz, por si só, de operar transformações profundas. Sua aplicação depende de uma série de fatores. A eficácia de uma lei depende dos homens que a aplicam. Enfim, a educação pode funcionar num esquema de desenvolvimento como fator de distribuição mais equitativa e mais justa da riqueza criada.

Em 12 de fevereiro de 1962, era instalado o Conselho Federal de Educação – CFE, “[...] com a participação de Anísio Teixeira que coordenou a criação do Plano Nacional de Educação (PNE), que tinha entre seus objetivos erradicar o analfabetismo” (BRAGA; MAZZEU, 2018, p. 38 - 39). Em setembro desse mesmo ano, esse Conselho aprovava o seu Plano Nacional de Educação para o período de 1962/1970. Que tinha como uma das metas, eliminar o analfabetismo, buscando atender as exigências do trabalho da Aliança para o Progresso. Ainda no governo de João Goulart a proposta da Comissão de Cultura Popular, criada com o objetivo de implantar o sistema Paulo Freire e, também, o PNA (Plano Nacional de Alfabetização) sendo extinto pelo golpe civil e militar de 1964, por meio do decreto nº 53.886. Em seu lugar foram implantados a Cruzada ABC (Cruzada da Ação Básica Cristã) com o intuito de neutralizar a ação das Ligas Camponesas e, posteriormente nos anos 70, o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização). “Mas o governo militar não se contentou em acabar com os movimentos políticos de alfabetização e cultura popular. Entendeu que precisava provar que a alfabetização era e devia ser tratada como uma questão apenas técnica, de método” (FERRARO, 2009, p. 98).

Entretanto, com o golpe militar não houve ruptura, e o plano socioeconômico se manteve dando continuidade na educação existente. Segundo Saviani (2008, p. 364),

Fato que refletiu na legislação que instituiu as reformas de ensino baixadas pela ditadura. Eis por que não foi necessário revogar os primeiros títulos da LDB (Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961), exatamente os títulos que enunciavam as diretrizes a serem seguidas. Foram alteradas as bases organizacionais, tendo em vista ajustar a educação aos reclamos postos pelo modelo econômico do capitalismo de mercado associado dependente, articulado com a doutrina da interdependência.

A Lei de Diretrizes e Bases representou, um passo adiante no sentido da

unificação do sistema escolar e de sua descentralização, porém ela não pode escapar as ingerências da luta ideológica, mas representou a autonomia do Estado para exercer a função educadora e da distribuição de recursos para a educação, uma vitória da mentalidade conservadora. Entretanto, o número de pessoas analfabetas no Brasil aumentou porque não foram adotadas medidas governamentais efetivas para erradicar o problema. Com o crescimento da industrialização e a economia tornando-se internacional a educação voltou-se para qualificação da mão-de-obra.

Objetivando a escolarização e qualificação da população, implantaram propostas educacionais com a intenção de atender as exigências do mercado de trabalho. “O aprofundamento das relações capitalistas decorrente da opção pelo modelo associado-dependente trouxe consigo o entendimento de que a educação jogava um papel importante no desenvolvimento e consolidação dessas relações” (SAVIANI, 2008, p. 365).

Nasce a “concepção produtivista de educação”, assegurada no Tecnicismo. Constatava-se que por um longo período da ditadura, tinha-se como objetivo primordial erradicar o analfabetismo, segundo o MEC (MEC, apud FERRARO, 2009, p. 106), a proposta era “[...] eliminar, possivelmente, no decorrer da década de 1970, o analfabetismo de adolescentes e adultos, com esforço concentrado na faixa etária dos 15 aos 35 anos de idade”, entretanto estendeu-se a obrigatoriedade de ensino para as crianças de 7 a 14 anos, expandindo o ensino fundamental para oito anos. Foram medidas adotadas, e o Estado não se incumbiu de oferecer escola gratuita para toda a população, porém liberou o ingresso de menores de 12 anos para o mercado de trabalho e nessa “[...] conjuntura, do ponto de vista da expansão e acumulação do capital, interessava mais a sobrevivência física do que a educação dessa força suplementar de trabalho” (FERRARO, 2009, p. 107).

Só no ano de 1985 é que o governo ditatorial militar no Brasil chega ao fim, entretanto deixando um legado de crise econômica, social e política. Na década de 1990 ainda se mantinha a crença de que a educação estava focada no capital humano e na empregabilidade. Contudo, segundo Saviani (2012, p. 96 – 97) é um investimento que não atende a sociedade “[...] pelo simples fato de que, na forma atual do desenvolvimento capitalista, não há emprego para todos: a economia pode crescer convivendo com altas taxas de desemprego e com grandes contingentes populacionais excluídos do processo”. Assim:

[...] firma-se uma pedagogia da exclusão, onde o trabalhador corre atrás de uma especialização para que assim possa se inserir no mercado de trabalho, e caso isso não ocorra, sente-se responsável por sua própria exclusão. A hegemonia neoliberal caracteriza o final do século XX nos países capitalistas e as agências internacionais passaram a ditar as regras econômicas e políticas, como o FMI – Fundo Monetário Internacional, o BIRD – Banco Mundial, o OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (BRAGA; MAZZEU, 2018, p. 42 – 43).

Com a imposição neoliberal que os países com empréstimos financeiros deveriam acatar muitas regras tiveram que ser adotas no Brasil e como consequência das medidas adotadas, em especial das privatizações e ajustes fiscais, as políticas públicas educacionais foram sendo anuladas “[...] com o crescimento do ensino privado e deterioração das condições de trabalho na escola pública, deixando o ensino ainda mais ineficaz, especialmente em termos de qualidade” (BRAGA; MAZZEU, 2018, p. 43) .

Dos 30 milhões de alunos matriculados no ensino fundamental na escola pública no ano de 2000, 3 milhões foram reprovadas, resultado de reformas e políticas educacionais mal sucedidas. Entretanto, no governo de Fernando Henrique Cardoso, as reformas educacionais que foram implantadas referiam-se à organização escolar, à redefinição dos currículos, à avaliação, à gestão e ao seu financiamento, redefinindo as estruturas na educação básica, porém ainda em 2000, o Brasil acumulava 16 milhões de analfabetos dentro da população de 15 anos ou mais (IBGE, 2018) o que equivalia a 13,6% da população nesta faixa etária, um índice de analfabetismo funcional de 27,3% (IBGE, 2018).

Em 2005, como principal política pública, objetivando erradicar o analfabetismo, criou-se o Programa Brasil Alfabetizado, no governo Luiz Inácio Lula da Silva, e infelizmente não houve alterações significativas em relação ao analfabetismo. Entre 2005 e 2015, “[...] o número de analfabetos diminuiu em cerca de 2,5 milhões, uma média de 250 mil por ano. Nesse ritmo, para alfabetizar o total de 12,9 milhões de analfabetos existentes atualmente, serão necessários cerca de 50 anos” (BRAGA; MAZZEU, 2018, p. 44).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o retrato da educação no Brasil está marcado pelas diferenças sociais e pela negligência do Estado.

A educação atual comparada com o passado, tem se transformado, entretanto os vários envolvidos no empenho dessa mudança vivem em seu anonimato, dentro de quadro paredes – a sala de aula.

Faz-se necessário melhorar os salários, dar mais valor aos profissionais da educação, ampliar as condições de acesso e permanência na escola, assim como a qualidade do que está sendo oferecido como ensino.

Em um país onde há um alto índice de analfabetismo, e que este atinge aos jovens de 15 anos ou mais, e os idosos de 60 anos ou mais, precisa de uma Educação de Jovens e Adultos que possibilite ao indivíduo jovem e adulto a retomada de seu potencial, o desenvolvimento de suas habilidades e a confirmação de que são as competências que irão lhe possibilitar por meio da educação ter um nível técnico e profissional mais qualificado, e consequentemente melhor autoestima.

A Educação de Jovens e Adultos concebe um compromisso de desenvolver as pessoas, de diversas idades. Nela todos atualizam conhecimentos, trocam experiências e mostram habilidades.

Os valores são construídos na interação entre “[...] um sujeito imbuído de razão e emoções e um mundo constituído de pessoas, objetos e relações multiformes, díspares e conflitantes” (ARAÚJO; AQUINO, 2001, p. 15).

Educar em valores é oferecer possibilidades de construir os mesmos por meio das mais diversas trocas dos alunos com outros elementos do interior e do exterior da comunidade escolar com as mais variadas produções culturais.

A educação do século XXI exige que o cidadão seja ético, íntegro, esteja se atualizando, qualificando, requalificando para descobrir novos caminhos, onde possa atuar com realização de si, na promessa de um mundo de trabalho, de vida social e de participação política, que irá fazer com que participe da transformação da sociedade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ulisses F. de. AQUINO, Júlio Groppa. **Direitos humanos em sala de aula.** São Paulo: Moderna, 2001.

BORGES, Priscila. **Maioria dos analfabetos vive no Nordeste e é idoso, mas**

jovem segue nos índices. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2014-03-06/maioria-dos-analfabetos-vive-no-nordeste-e-e-idoso-mas-jovem-segue-nos-indices.html>>. Acesso em: 22 jul. 2018.

BRAGA, Ana Carolina. MAZZEU, Francisco José Carvalho. O analfabetismo no brasil: lições da história In: **RPGE– Revista on line de Política e Gestão Educacional**, v. 21, n. 1, p. 24-46, 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/fazen/Downloads/O_analfabetismo_no_Brasil_licoes_da_historia.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2018.

BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_205_.asp>. Acesso em: 22 jul. 2018.

BRUEL, A. L. O. **Educação, trabalho e cidadania.** Curitiba: Editora Fael, 2011.

CHAUÍ, Marilena. **Convite a filosofia.** 12. ed. São Paulo: Ática, 2002.

DEMO, Pedro. **Educação e Desenvolvimento.** Campina, SP: Papirus Editora, 1999.

FERRARO, Alceu Ravanello. **História inacabada do analfabetismo no Brasil.** São Paulo: Editora Cortez, 2009.

FERREIRA, Paula. **Brasil ainda tem 11,8 milhões de analfabetos, segundo IBGE** Número corresponde a 7,2% da população de 15 anos ou mais. Disponível em:<<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/brasil-ainda-tem-118-milhoes-de-analfabetos-segundo-ibge-22211755>>. Acesso em: 22 jul. 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores sociais municipais:** uma análise dos resultados do universo do censo demográfico 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/Indicadores_sociais_municipais/tabela_pdf/tab5.pdf>. Acesso em 15 jul. 2018.

LOMBARDI, José Claudinei. GOERGEN, Pedro (orgs.) **Ética e educação:** reflexões filosóficas e históricas. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

SAVIANI. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 2 ed. rev. e. amp. Campinas: Autores Associados, 2008.

SOARES, Leônio José Gomes. **Educação de Jovens e Adultos.** Rio de Janeiro: DP&A, 2005.